

Por que a Filosofia Importa? Um Alerta sobre a Exclusão no Ensino Médio.

Why Philosophy Matters: A Call to Action for High School Education.

Por Qué Importa la Filosofía? Un Llamado a Reflexionar en Secundaria

Felipe Horacio Valente de Lucena Santana¹
felipe.santana01@educacao.sp.gov.br

Bruno Cardoso de Menezes Bahia²
brunobahia@ufrj.br

¹UFRRJ, Seropédica, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

²UFRRJ, Seropédica, Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer o leitor refletir sobre a importância do estudo da filosofia e sua aplicabilidade junto a educação, os efeitos de criticidade que ela proporciona ao aluno, as possibilidades que ela condiciona por meio do incentivo ao diálogo e suas benesses para o enriquecimento da educação. Além do percalço, serão abordados os motivos históricos que tentaram minar o uso da filosofia na educação brasileira, bem como os reflexos do descaso educacional atualmente sentidos duramente pela maioria dos educandos brasileiros, sobretudo os que fazem parte do núcleo mais desfavorecido da sociedade. Também será abordado sobre as políticas educacionais e o recente massacre que o ensino médio brasileiro vem sofrendo após uma reformulação equivocada da BNCC, que ao menos fora dialogada junto a sociedade civil e como tudo isso se reflete nas escolas, especificamente na rede pública, haja vista as desigualdades no ensino público em relação às escolas elitizadas do setor privado.

Palavras-chave: Filosofia, BNCC, Liberdade, Pedagogia e Educação.

Abstract: The aim of this article is to encourage the reader to reflect on the importance of studying philosophy and its applicability in education, the critical thinking it fosters in students, the possibilities it creates through the promotion of dialogue, and its benefits for enriching education. In addition to this challenge, the article will address the historical reasons that have sought to undermine the use of philosophy in Brazilian education, as well as the consequences of educational neglect currently felt harshly by the majority of Brazilian students, particularly those from the most disadvantaged sectors of society. The article will also discuss educational policies and the recent crisis facing Brazilian high schools following a misguided reform of the BNCC (National Common Curricular Base), which lacked adequate dialogue with civil society. Furthermore, it will explore how these changes are reflected in schools, especially in the public education system, considering the stark inequalities between public schools and elite private institutions.

Keywords: Philosophy, BNCC, Freedom, Pedagogy e Education.

Resumen: El objetivo de este artículo es hacer que el lector reflexione sobre la importancia del estudio de la filosofía y su aplicabilidad en la educación, los efectos de criticidad que fomenta en los estudiantes, las posibilidades que crea mediante el incentivo al diálogo y sus beneficios para el enriquecimiento de la educación. Además de este desafío, se abordarán las razones históricas que intentaron minar el uso de la filosofía en la educación brasileña, así como las consecuencias del abandono educativo que actualmente afectan de manera severa a la mayoría de los estudiantes brasileños, especialmente a aquellos que forman parte de los sectores más desfavorecidos de la sociedad. También se discutirán las políticas educativas y la reciente crisis que enfrenta la educación secundaria brasileña tras una reformulación equivocada de la BNCC (Base Nacional Común Curricular), que careció de un diálogo adecuado con la sociedad civil. Además, se analizará cómo estos cambios se reflejan en las escuelas, específicamente en el sistema público, considerando las profundas desigualdades entre las escuelas públicas y las instituciones privadas de élite.

Palabras-clave: Filosofía, BNCC, Libertad, Pedagogía e Educación..

1. Introdução

A trajetória histórica da educação no Brasil revela uma complexa intersecção entre interesses políticos, sociais e econômicos que moldaram, ao longo dos séculos, as condições de acesso e a qualidade do ensino no país. Dentro deste cenário, o ensino da filosofia emerge como um tema central para a formação crítica e emancipatória do sujeito, enfrentando resistências e desafios significativos em diferentes períodos históricos. Desde as primeiras iniciativas organizadas de educação no Brasil até os recentes debates sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observa-se uma tensão recorrente entre a valorização do pensamento crítico e as estratégias de controle do poder sobre o conhecimento.

Este artigo propõe um percurso analítico sobre as transformações históricas da educação no Brasil, com ênfase nas implicações políticas e sociais que impactaram o ensino da filosofia, especialmente no nível médio. Sob a inspiração de pensadores como Paulo Freire, Rubem Alves e Francis Bacon, argumenta-se que o conhecimento não apenas liberta o indivíduo da ignorância, mas também o empodera diante das estruturas de dominação. Por meio da reflexão histórica e filosófica, este estudo busca evidenciar o papel da filosofia como instrumento de libertação pedagógica, destacando os entraves impostos por governos autoritários e por tendências tecnicistas que visam desarticular a

críticidade na formação educacional.

O debate apresentado revela como a exclusão da filosofia das práticas curriculares obrigatórias reflete a perpetuação de desigualdades históricas, impedindo que as camadas populares acessem um ensino capaz de instigar o pensamento reflexivo e transformador. Assim, este trabalho se propõe a problematizar os desafios enfrentados pelo ensino da filosofia no Brasil, articulando a análise histórica com uma crítica aos mecanismos de opressão que ainda marcam o sistema educacional brasileiro.

1.1. O percurso histórico da educação no Brasil.

Para entendermos os problemas do ensino da filosofia no Brasil, e especificamente no nível médio, é importante seguirmos uma linha de raciocínio pautado em fatos históricos, interesse político e contribuições dos pensadores e teóricos da educação, para a melhoria do ensino nacional. Seguindo este escopo, a compreensão da atual conjuntura educacional se dará de forma mais contundente, sobretudo ao que se diz respeito à filosofia para a educação.

“Conhecimento é Poder” - Francis Bacon.

Tendo como ponto de partida o pensamento de Francis Bacon (1561-1626), é importante ter em mente a questão do conhecimento como meio de libertação. O conhecimento liberta o indivíduo não apenas da ignorância, no sentido de se ignorar o mundo ao seu redor, mas, também o liberta na questão da dominação do ser humano em relação a natureza, da tecnologia e principalmente, a dominação do capital. Ainda nesta linha de pensamento, observa-se que o ensino da filosofia se faz importante, uma vez que, a filosofia ajuda a esclarecer a prática. Ela ajuda para que a prática não seja servil, alienada ou robótica, isto é, a filosofia proporciona um determinado tipo de exercício do pensamento que as outras disciplinas não proporcionam, o que acaba fazendo dela a principal ferramenta para a aquisição deste conhecimento de poder.

Infelizmente, nossa história ao longo dos séculos e especificamente, das últimas décadas, tem evidenciado que a *casa grande* teme que a *senzala* conquiste mais espaço na busca pelo conhecimento, pois temem que estes ocupem seu espaço.

Ter mais, na exclusividade, não é um privilégio desumanizante e inautêntico dos demais e de si mesmos, mas um direito intocável. Direito que “conquistaram com seu esforço, com sua coragem de correr risco”... Se os outros – “esses invejosos” – não têm, é porque são incapazes e preguiçosos a que juntam ainda um injustificável mal-agradecimento a seus “gestos generosos”. E, porque “mal-agradecidas e invejosos”, são sempre vistos os oprimidos como seus inimigos potenciais a quem têm de observar e vigiar. Não poderia deixar de ser assim. Se a humanização dos oprimidos

é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. (FREIRE, 1987 p.30)

Esta mentalidade fica mais notório e evidente ao analisarmos os dados históricos. é importante ressaltar que até a década de 1930 o país não tinha sequer um ministério para tratar dos assuntos relacionados a educação. É importante ressaltar que na década de 1930, o governo criou medidas centralizadoras, que reduziam a autonomia dos estados, pois, à época, cada estado conduzia a pauta da educação do modo que julgavam melhor. Foi então que se deu a criação do Ministério da Educação e Saúde em 14 de novembro de 1930. Posteriormente no ano de 1953, com a autonomia dada à área da saúde, surge o Ministério da Educação e Cultura- MEC.

Porém, o fato de ter sido criado um Ministério para tratar da pasta da educação nacional, a grosso modo, não favoreceu a maior parcela da população brasileira, ou, em outras palavras, a parte pobre do país. O governo brasileiro em sua conjuntura passada, assim como na atualidade, nunca fora preocupado em proporcionar uma educação decente a seu povo. Um exemplo disso é que em 1950, quase metade da população brasileira com 15 anos de idade era analfabeta, isto é, autodeclarada incapaz de escrever. Essa crise educacional se dava em decorrência de um problema que atravessa gerações no Brasil, ou seja, a desigualdade socioeconômica.

A educação possuía um sistema elitista axiomático, especialmente nos mecanismos de acesso ao “Ensino Secundário”. O jovem era submetido a um exame de admissão, exigido, principalmente nas escolas públicas, em decorrência das vagas limitadas. Ao término de cada ciclo, ginásial (atual fundamental II) e colegial (atual ensino médio), os adolescentes eram submetidos a um exame de licença, criado para garantir um determinado padrão de excelência.

Obviamente que isso tudo era apenas para quem conseguisse concluir o primário (fundamental I), o qual tinha um alto índice de evasão, muito ligado a forte desigualdade econômica e regional, nas regiões norte, nordeste e na zona rural, onde viviam aproximadamente 60% dos brasileiros. Muitas crianças abandonavam a escola para trabalhar e ajudar a renda de suas famílias, em face de tamanha pobreza.

Durante o período da ditadura no Brasil, qualquer crítica ou organização para lutar e protestar para a melhoria do ensino público era tida como ameaça terrorista e subversiva, isso em decorrência do Ato Institucional Nº5 (AI-5), que dava plenos poderes ao chefe do executivo e do decreto-lei 477, o qual determinou que: “*Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados*”. Muitos professores e estudantes foram presos e torturados à época.

Por mais que alguns poucos defendam o governo dos militares, o Brasil sofreu muito, especialmente a Educação. Apenas os ricos e influentes conseguiam chegar ao nível superior. Por conta de uma parceria entre o governo brasileiro e dos Estados Unidos, o ensino era completamente tecnicista, pensar e lutar pelos direitos básicos era considerado crime.

Um governo ditatorial extremamente autoritário com um olhar de superioridade para as camadas menos favorecidas e sem o interesse de melhorar a vida de sua população por meio da educação, faz com que as palavras do escritor e filósofo, Thomas Payne em uma de suas obras chamada de “Senso Comum”, ganhem mais significado:

Homens que se consideram nascidos para reinar e outros para obedecer, logo se tornam insolentes; selecionadas do resto da humanidade, suas mentes são desde cedo envenenadas pela importância; e o mundo em que atuam difere tão materialmente do mundo em geral, que tem pouca oportunidade de conhecer seu verdadeiro interesse, e quando sucedem ao governo são frequentemente os mais ignorantes e inadequados de todos os domínios. (PAYNE, 1776).

Esta citação de Thomas Payne, mesmo tendo origem no século XVIII, parece atual, tanto durante o período da Ditadura militar no Brasil, quanto atualmente, em pleno séc. XXI. Homens presunçosos que se julgavam superiores, envenenados e cegados pelo poder, ignoravam as mazelas vividas pela população e, para agravar o quadro, privavam os intelectuais e idealistas de contestarem por melhorias para a educação.

Em face do caos, educadores que lutavam para melhorar a educação no Brasil no final da Era Vargas e durante a Ditadura militar, eram perseguidos, presos, torturados, exilados e até mesmo mortos. Alguns nomes importantes sofreram perseguição e foram para o exílio, tais como: Anísio Teixeira, Fernando Henrique Cardoso e Paulo Freire. Na visão filosófica e pedagógica de Freire, ele acreditava que a conduta e responsabilidade do Professor não deveria ser na contramão do aluno, mas, que ambos deveriam caminhar de mãos dadas durante o processo de ensino e aprendizagem, ambos deveriam atuar de maneira crítica, investigativa e questionadora, a fim de construir uma nova leitura de sua realidade. Desta forma:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir “conhecimentos” e valores aos educandos meros pacientes à maneira da “educação bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos em torno de um mesmo objeto cognoscível. (FREIRE, 1987, p.39).

Em decorrência de pensamentos como este, o governo militar julgou Freire e tantos outros pensadores como subversivos e inimigos do povo e de Deus. Embora pareça absurdo afirmar isso, ainda hoje, mesmo tendo a história como referência, uma camada da sociedade nutre ideias como as da

ditadura. Em 2016 surgiu um movimento chamado “Escola sem partido” encabeçado pelo advogado Miguel Nagib, que pregava em seu site oficial um pensamento similar aos defendidos à época ditatorial brasileira:

Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir. Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2016).

Nos tempos que nossos governantes tentam suscitar o espírito que imperava na época da ditadura, lecionar filosofia no país nunca foi tão difícil quanto na contemporaneidade, mesmo com diversos registros históricos, a educação ainda é assombrada por querer libertar a sociedade da exclusão cultural e opressora da ignorância, esta última, no sentido de se ignorar o mundo em que vivemos e suas possibilidades.

1.2. A importância da Filosofia como instrumento Pedagógico de Libertação.

A filosofia é um instrumento que nos leva a pensar, sobretudo a indagar sobre assuntos de cunho obtusos, mais complexos, que não aceitam uma resposta qualquer. Na Grécia antiga, Aristóteles ensinava que “*é natural de todos os homens desejar o conhecimento*”, sendo assim, seguindo o pensamento de Aristóteles, a sede pelo saber nos acompanha desde a tenra infância. Continuando a lógica sobre o pensar e a sede pelo conhecimento, a questão dos mecanismos educativos empregados em qualquer atividade de ensino aprendizagem, se encaixam em uma disciplina: *a pedagogia*. A área do conhecimento pedagógico implica em duas perguntas: *O que se deve ensinar?* e *Como ensinar?* Logo, pode-se afirmar que o filósofo também tem um pouco de pedagogo, haja vista que a função sistemática do professor de filosofia é levar o seu discípulo às indagações e reflexões do universo ao seu redor por meio de uma visão sistemática e empírica do mundo em diversos contextos.

Voltando ao fato da filosofia enquanto disciplina em um contexto escolar, uma das grandes relevâncias de seu papel na formação do sujeito é: o pensar de modo crítico. Atualmente, as informações estão ao toque dos dedos, porém, a tarefa da filosofia em relação a aquisição do pensamento vem na

contramão dessa facilidade disponível em decorrência da internet e seus *cyberespaços*. Sobre a questão do pensar, o escritor Rubem Alves em uma de suas crônicas escreveu:

Não existe nada mais fatal para o pensamento que o ensino das respostas certas. Para isso existem as escolas: não para ensinar as respostas, mas para ensinar as perguntas. As respostas nos permitem andar sobre a terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido. (ALVES, 1994)

Muitas áreas do conhecimento nos trazem as respostas prontas, mastigadas, porém, é na filosofia que se desenvolve o pensamento por meio das perguntas e não das respostas. Caberá ao professor, conquistar o aluno, criando possibilidades, para que assim, o discente seja levado a desejar o que lhe é ofertado. Para o Professor Paulo Freire: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 1996, p.47)

Para isso, o docente precisa primeiro esclarecer de maneira sistêmica para o aluno a importância do ato de pensar, do questionamento por meio da reflexão, para que assim, a filosofia possa produzir um caos criativo, que por sua vez acarretará no desejo desenfreado pelo saber e conseqüentemente às inumeráveis perguntas.

Estes fatores supracitados, fazem com que os poderosos, a dita elite intelectual e detentora do capital, deturpem todas as benesses que a liberdade de pensamento e criticidade advindas do estudo da filosofia, por temerem que os oprimidos rompam as correntes da opressão e se libertem do agulhão do descaso, fazendo com que a balança seja equilibrada.

Porém, vale ressaltar que o Professor apenas propiciará possibilidades de enxergar o mundo de maneira mais ampla, afinal, para entendermos qualquer coisa, assim como tomar posicionamento, precisamos filosofar sobre o assunto. Pesquisar, indagar, reformular ideias. Tudo muito necessário para a construção de um real entendimento “Nós podemos chegar a ser cultos com conhecimento de outros homens, mas nós não podemos ser sábios com sabedoria de outros homens” (Montaigne, 1532-1592). Pensando desta forma, a filosofia é um mecanismo propulsor no desenvolvimento do homem como ser humanizado. O professor deve buscar sempre extrair por meio do pensamento, a abstração de mundo de cada aluno que ele tem contato. Porém, ainda que ele provoque a reflexão e estimule a criticidade, a essência de sua atuação em sala de aula é fazer com que o aluno aja por si, sem querer copiar o mestre, pois ele (o aluno) saberá por si só que, a individualidade do ser é o que de fato o torna diferente, logo, compreendendo sua individualidade, o discente respeitará a individualidade do outro e entenderá que um coletivo é formado por vários indivíduos. Este processo tornará o aluno sábio, indagativo, não por méritos do professor, mas pela essência do ato de filosofar.

Vou afirmar que um professor de filosofia é aquele que, acima de tudo, consegue construir um

espaço de problematização compartilhado com seus alunos. (...) Ensinar filosofia é antes de mais nada ensinar uma atitude em face da realidade, diante das coisas, e o professor de filosofia tem que ser, a todo momento, conseqüente com esta maneira de orientar o pensamento. (Cerletti, 2003, p. 62).

A citação de Cerletti (2003) destaca a essência do ensino da filosofia, enfatizando a necessidade de criar um espaço de problematização compartilhada. Isso significa que o professor de filosofia não é apenas um transmissor de conhecimento, mas um facilitador do pensamento crítico e reflexivo. Ele deve encorajar os alunos a questionarem a realidade, construindo juntos um ambiente de diálogo e reflexão. Além disso, a citação sublinha que ensinar filosofia vai além do conteúdo teórico; trata-se de cultivar uma atitude filosófica, ou seja, uma postura interrogativa e investigativa diante das coisas. Essa atitude é fundamental para o desenvolvimento de um pensamento independente e crítico. Para isso, o professor precisa ser um modelo dessa postura, demonstrando coerência entre o que ensina e como conduz as discussões.

2. Referencial Teórico

O estudo da educação no Brasil, em especial no que diz respeito ao ensino da filosofia, exige uma análise histórica aprofundada, capaz de revelar como políticas públicas, movimentos sociais e decisões institucionais moldaram o cenário educacional ao longo do tempo. Este artigo busca abordar, de maneira crítica e reflexiva, a relação entre o ensino filosófico e a formação do pensamento crítico no país, destacando desafios históricos, impactos políticos e concepções pedagógicas. A partir de referenciais teóricos como Francis Bacon, Paulo Freire e Rubem Alves, entre outros, constrói-se uma linha argumentativa que defende a filosofia como instrumento de libertação e resistência frente a cenários de opressão e controle.

Além de explorar a relevância do pensamento filosófico na construção da cidadania, o texto denuncia as ameaças à liberdade educacional, evidenciadas desde a exclusão histórica de camadas populares ao acesso ao ensino até retrocessos contemporâneos que dificultam o papel crítico da filosofia no contexto escolar. Para tanto, o artigo alinha-se à perspectiva de que a educação deve ser dialógica, emancipadora e orientada para transformar a realidade, superando modelos tecnicistas e autoritários.

Sobre os referenciais teóricos:

O artigo fundamenta-se em uma combinação de teorias filosóficas e pedagógicas que dialogam com os desafios enfrentados pelo ensino da filosofia no Brasil. Entre os principais referenciais teóricos estão:

1. Francis Bacon e o conhecimento como poder.

O pensamento de Bacon é utilizado como base para destacar o caráter libertador do conhecimento. A afirmação de que "Conhecimento é poder" reforça a ideia de que a educação pode emancipar o indivíduo, tanto em termos pessoais quanto sociais. A filosofia, nesse sentido, emerge como uma ferramenta para questionar e transformar realidades.

2. Paulo Freire e a pedagogia da libertação.

A obra de Paulo Freire, especialmente sua crítica à "educação bancária" e sua defesa de uma educação problematizadora e dialógica, é um eixo central do texto. Freire enfatiza a necessidade de superar a dicotomia entre educador e educando, promovendo uma aprendizagem colaborativa e crítica, essencial para a formação de cidadãos conscientes.

3. Rubem Alves e o papel das perguntas.

A contribuição de Rubem Alves é utilizada para reforçar a importância da filosofia na promoção do questionamento e da reflexão crítica, contrastando com o ensino que privilegia respostas prontas e modelos pré-estabelecidos.

4. Thomas Paine e a crítica à desigualdade de poder

A citação de Paine oferece uma perspectiva histórica e política para discutir como elites controlam o acesso ao conhecimento como forma de manutenção do poder. Essa visão dialoga com os desafios enfrentados pela educação no Brasil, especialmente em contextos de desigualdade e autoritarismo.

5. Arthur Schopenhauer e a formação crítica.

A filosofia de Schopenhauer é convocada para discutir o papel da educação em promover o pensamento reflexivo e a superação de ilusões, destacando a importância de uma formação que priorize a qualidade e a profundidade do conhecimento.

6. Hegel e a experiência histórica

A frase de Hegel sobre a incapacidade de povos e governos de aprenderem com a história é mobilizada para criticar os retrocessos educacionais no Brasil, em particular a desvalorização da filosofia em contextos tecnicistas e ideologicamente controlados.

Esses referenciais teóricos são articulados ao longo do texto para embasar as críticas ao sistema educacional brasileiro e para defender a filosofia como uma disciplina essencial na construção de uma sociedade mais justa e crítica. Por meio de uma análise histórica e filosófica, o artigo ilumina as tensões entre o poder instituído e a emancipação pelo conhecimento, oferecendo uma reflexão profunda sobre os

desafios e potencialidades da educação no país

3. Resultados e Discussões

Após o traçado histórico e a reflexão da importância da filosofia, finalmente falaremos sobre os desafios que os filósofos contemporâneos enfrentam em sala de aula. Infelizmente a educação como um todo migra para um retrocesso sem precedentes. As diversas frustrações políticas juntamente com uma falsa pregação ideológica e reacionária e saudosista aos tempos da ditadura militar no país, fizeram com que uma parcela da população descontente com diversos escândalos envolvendo importantes políticos do país, acarretaram na origem de falsos messias, que reforçaram e incutiram na mente desta parcela insatisfeita de brasileiros e brasileiras que, grande parte da desgraça socioeconômica e educacional que assolam o Brasil são decorrentes de uma pregação ideológica impostas de maneira pragmática por professores nas escolas e universidades do país.

Tal falácia ampliou o sentimento de revolta da população e incutiu em diversos grupos políticos um sentimento de justiça. sentimento este, que os tornou em paladinos moralistas e defensores dos valores da família e da religião e, agora combatentes da “*doutrinação*” nas escolas e universidades públicas do país.

Como fruto deste nefasto sentimento de resgate das escolas e universidades públicas no Brasil, em 16 de fevereiro de 2017, o Presidente Michel Temer sanciona a Lei 13.415 de 2017, lei esta que carrega consigo diversas mazelas à educação, sendo uma delas a obrigatoriedade do ensino da filosofia no ensino médio das escolas brasileiras. Interessante como a história se repete em um círculo de interesses, durante o período de ditadura militar no país, uma legislação similar a esta, a lei 5.692 de 1971, que também propôs o fim da filosofia como disciplina obrigatória durante a ditadura militar, no qual, professores de sociologia e filosofia foram perseguidos pelo regime. Alguns especialistas afirmam que a disciplina de filosofia deixou de ser obrigatória para não sobrecarregar os alunos, pois atribuem os excessos de textos ao baixo desempenho na disciplina de matemática (MARTINS, 2016).

Para a classe política, disciplinas como a filosofia pouco tem a contribuir no sentido econômico, portanto a julgam como algo inútil e sem resultado efetivo. Porém, ao tempo que descredibilizam a filosofia, temem o estudo da filosofia, devido a criticidade que ele desperta ao discutirem questões relativas aos acontecimentos do país sobretudo o efeito da política na sociedade, corroboram com Hegel, quando ele diz: “*A experiência e a história ensinam é que os povos e os governos jamais aprenderam coisa alguma da história*” (HEGEL, 2008, p.15).

O grande desafio do Professor de filosofia é o de trabalhar de modo interdisciplinar e transdisciplinar frente a uma formação tecnicista, imposta de maneira não dialogada em um cenário que não favorece, haja vista as questões mencionadas anteriormente relacionadas ao retrocesso à uma época extremamente infeliz da população brasileira, que foi o período do regime autoritário militar.

Outra problemática que deverá ser vivida pelo Professor de filosofia é lecionar para uma parcela de alunos que, atualmente são frutos daqueles que se revoltaram contra classe docente, atribuindo à eles a fama de doutrinadores ideológicos. A grande e talvez mais desafiadora tarefa deste docente é a de em face das diversas contradições da nova BNCC, será a de levar o educando a refletir sobre suas vivências, ainda que este esteja submerso em uma realidade paralela, obtusa ao mundo real em decorrência de uma cultura ultra-moderna, que prega uma supremacia da religião e o negacionismo à ciência

A educação deve tender ao mundo e não aos conceitos. Os últimos só devem ser formados em consequência das intuições. Para isso é necessário pensar uma maneira, uma estratégia para educar. Deste de já esta maneira da muito mais ênfase a qualidade e não na quantidade de conhecimentos. Uma vez que prover com que o educando espontaneamente tenha e reflita sobre as suas vivências trata-se um processo muito mais lento, do que a educação que dá ênfase para o conhecimento abstrato onde tudo já está pronto. Devemos tentar entender qual seria então a sequência natural de conhecimentos ao qual uma criança deve apreender. A criança ao possuir apenas alguns conceitos, mas claros e distintos acostuma-se a claridade, a verdade e não se deixa enganar facilmente por ilusões, que tentam forçar que a realidade se enquadre nestas ilusões, (SCHOPENHAUER, 2013, p. 641-642)

A tarefa do Professor será mais complexa devido ao atual contexto educacional. Caberá à ele driblar essa complexidade, que se expande à uma restrição em seu campo de atuação, para então conseguir fazer com que o educando desenvolva sua capacidade natural em concomitância com o seu desenvolvimento abstrativo. Deste modo, o educando encontrará o equilíbrio, eliminando sua cegueira, pois ele possuirá a razão para norteá-la. Como culminância, o aprendiz perderá sua ingenuidade em relação a forma de enxergar o mundo, uma vez que sua forma de refletir o mundo se enquadrará à sua realidade.

Uma missão difícil, haja vista que a legislação vigente prima em retirar as disciplinas centrais no campo que amplia a visão de mundo da nossa juventude e busca incessantemente garantir a obrigatoriedade do ensino religioso em um Estado laico. Nesta incongruência, busca-se a sobrevivência do pensamento filosófico na mente da juventude. E com certeza, essa será a grande problemática da filosofia no século XXI no país da incoerência.

4. Conclusões

Ao retirar a obrigatoriedade do ensino da filosofia, rebaixando-a como conhecimento transversal

para formação da cidadania, extingue-se seu caráter primordial de instigar a formação do pensamento crítico. O Professor de filosofia será entregue ao que virá, mesmo que o desconhecido futuro seja contrário ao que se acredita ou contraditório com aquilo que se professou um dia. O Professor subsistirá confiante de que a arte do pensar encontrará uma forma de perdurar e encontrar abrigo naqueles que um dia desfrutaram do ato de filosofar.

Em uma sociedade marcada por constantes transformações e desafios, o ensino da filosofia ocupa um lugar central na formação de sujeitos críticos e reflexivos. A partir das reflexões de Cerletti (2003), evidencia-se que o verdadeiro objetivo da prática docente em filosofia não é apenas a transmissão de conteúdos históricos ou conceituais, mas a promoção de um espaço de problematização compartilhada, onde o pensamento crítico emerge como resposta às complexidades do mundo.

Esse compromisso com a construção de um diálogo significativo exige que o professor assuma uma postura filosófica autêntica, tornando-se um modelo de coerência e curiosidade intelectual para os alunos. Assim, o ensino da filosofia transforma-se em uma oportunidade de orientar os educandos a desenvolverem uma atitude questionadora e uma postura investigativa diante da realidade, elementos essenciais para a emancipação intelectual e a participação ativa na sociedade contemporânea.

Portanto, ensinar filosofia é, antes de tudo, ensinar a pensar — e, nesse processo, tanto o professor quanto o aluno se tornam agentes de transformação. Essa visão reafirma o papel da filosofia na educação como um caminho não apenas para o conhecimento, mas também para a construção de uma convivência mais ética e consciente no mundo.

A retirada da obrigatoriedade do ensino de Filosofia no Ensino Médio no Brasil representa um retrocesso significativo no campo educacional e na formação crítica dos jovens. A disciplina, historicamente associada ao desenvolvimento do pensamento reflexivo e ao estímulo à argumentação e à análise, não pode ser reduzida a uma posição periférica no currículo escolar.

Ao desvalorizar a Filosofia, perde-se a oportunidade de cultivar nos estudantes a capacidade de problematizar as questões sociais, éticas e existenciais que atravessam suas vidas e o contexto em que estão inseridos. Em um momento em que se faz cada vez mais necessário compreender a complexidade do mundo e resistir à superficialidade das informações, o ensino filosófico surge como uma ferramenta indispensável para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Ainda que não seja mais obrigatório, o ensino da Filosofia precisa ser reivindicado como um espaço de reflexão essencial para o desenvolvimento integral do aluno. Cabe aos educadores, gestores e à sociedade civil lutar pela manutenção e valorização dessa área do saber, reconhecendo seu papel

insubstituível na construção de um ensino médio comprometido com a formação de sujeitos autônomos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

5. Referências

ALVES, Rubem. A alegria de ensinar. São Paulo: Ars Poética Editora LTDA; 1994. BACON, Francis. Novum Organum; Nova Atlântida. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BRASIL - Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em outubro de 2024.

Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em outubro de 2024.

_____. Ministério da Educação. Novo ensino médio—dúvidas. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em janeiro de 2018.

CERLETTI A. Ensino de filosofia e filosofia do ensino filosófico. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

FREIRE P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Editora Paz e Terra; 2011. FREIRE P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 2005. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da História. Brasília: UnB, 1995. MARTINS, Luísa. Filosofia e Sociologia serão 'diluídas' no ensino médio, decide Câmara. O Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/filosofia-e-sociologia-serao-diluidas-no-ensino-medio-decide-camara,10000094377>. Acesso em outubro de 2024.

O QUE MUDA com a reforma do ensino médio? O Globo, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/o-que-muda-com-reforma-do-ensino-medio-20900752>. Acesso em outubro de 2024.

MONTAIGNE, Michel de. Essais. Paris: Le livre de poche – Librairie Générale Française, 1972.

PAINÉ, Thomas. "1737-1809. O Senso Comum ea Crise." *Trad. de Vera Lúcia de Oliveira Sarmento. Brasília, Editora Universidade de Brasília* (1982).

SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e representação. São Paulo: UNESP, 2005.

Recebido em: 29-11-2024

Aceito em: 19-12-2024

Endereço para correspondência:

Nome: Felipe Horacio Valente de Lucena Santana

Email: felipe.santana01@educacao.sp.gov.br



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)